

SINGULAR
ALTERAÇÃO

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.717.645/14-9



PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

HUMAVIDA PRODUÇÕES LTDA-ME.

CNPJ n.º 15.252.897/0001-18

NIRE n.º 3522635798-7

Os abaixo assinados: **MARIO LOPES VIEIRA DA SILVA**, brasileiro, maior, casado, empresário, nascido em 01 de novembro de 1980, portador da Cédula de Identidade RG número 38.998.600-8 SSP/SP, e do CPF/MF número 286.031.428-82, e **CARLA LOPES VIEIRA DA SILVA**, brasileira, maior, solteira, empresária, nascida em 09 de dezembro de 1982, portadora da Cédula de Identidade RG número 35.919.057-1 SSP/SP, e do CPF/MF número 313.357.628-33, residente e domiciliado à Rua Fradique Coutinho, n.º 1108 – Apto 11 – Pinheiros – São Paulo – SP – CEP.: 05416-001, únicos sócios componentes da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA sob a denominação de **HUMAVIDA PRODUÇÕES LTDA-ME.**, estabelecida a Rua Fradique Coutinho, n.º 1108 – Apto 11 – Pinheiros – São Paulo – SP – CEP.: 05416-001 – Ponto de Contato, com seu Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob n.º 3522635798-7 em sessão de 28 de Fevereiro de 2012, inscrita no CNPJ sob o número 15.252.897/0001-18, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar parcialmente o mencionado do contrato social como segue.:

I – Alteração dos Sócios

Cláusula Primeira

Nesta data o sócio **CARLA LOPES VIEIRA DA SILVA**, já qualificada, retira-se da sociedade, transferindo a totalidade de suas quotas sociais, ou seja, 1 (uma), no valor total de R\$ 10,00 (Dez reais), para a sócia admitida nesta data, **SIMONE LOPES VIEIRA DA SILVA**, brasileira, maior, casada, empresária, nascida em 17 de outubro de 1981, portadora da Cédula de Identidade RG. 35.919.118, e do CPF/MF número 225.008.408-40, residente e domiciliado à Rua Tomas Teixeira, 247 – Vila Constanca – São Paulo – SP – CEP.: 04658-020.

Nesta data o sócio **MARIO LOPES VIEIRA DA SILVA**, já qualificado transfere 39 (Trinta e nove) quotas sociais, no valor total de R\$ 390,00 (Trezentos e noventa reais).

Cláusula Segunda

O capital social continua com o valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente de país, dividido em 100 (Cem) quotas, com valor nominal de R\$ 10,00 (Dez reais), assim distribuídos entre os sócios.

MARIO LOPES VIEIRA DA SILVA	60 quotas	R\$ 600,00	60 %
SIMONE LOPES VIEIRA DA SILVA	40 quotas	R\$ 400,00	40 %
Totalizando	100 quotas	R\$ 1.000,00	100 %

As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Face às alterações acima ocorridas e as solicitadas no C.C.B., Lei 10.406/02, os sócios resolvem consolidar o contrato social primitivo.

CONTRATO SOCIAL DA.:

HUMAVIDA PRODUÇÕES LTDA-ME.

Regência, Denominação, Duração, Sede e Filiais e Objeto

I - A sociedade se rege pelos artigos 997 e seguintes do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), tem a denominação de.: **HUMAVIDA PRODUÇÕES LTDA-ME.**

II - A sociedade é sediada a Rua Rua Fradique Coutinho, n.º 1108 – Apto 11 – Pinheiros – São Paulo – SP – CEP.: 05416-001 – (Ponto de Contato)

§ Mediante alteração contratual, assinada por todos os sócios, a sociedade poderá criar, mudar, ou extinguir filiais em qualquer parte do território nacional, observada as disposições da legislação aplicável.

III - O objeto social da sociedade será.: **Prestação de Serviços de Produção e Promoção de festivais, exposições, espetáculos cênicos e musicais, oficinas, aulas regulares e eventos culturais e prestação de serviços artísticos.**

IV – A Sociedade iniciou suas atividades em 08 de Fevereiro de 2012, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Capital, Quotas e Limitação da Responsabilidade

(Handwritten signatures and initials)

110539

V - O capital social é de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), divididos em 100 (cem) quotas sociais de valor nominal de R\$ 10,00 (Dez reais), subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente no País, ficando assim distribuídas:

MARIO LOPES VIEIRA DA SILVA	60 quotas	R\$ 600,00	60 %
SIMONE LOPES VIEIRA DA SILVA	40 quotas	R\$ 400,00	40 %
Totalizando	100 quotas	R\$ 1.000,00	100 %

§ 1º. A responsabilidade dos sócios é, de acordo com a lei, restrita ao valor de suas quotas, porém os sócios são solidariamente responsáveis pela integralização do capital.

§ 2º. O capital social é totalmente integralizado, neste ato em moeda corrente nacional.

§ 3º. Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

§ 4º. Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo de capital.

§ 5º. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição, se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração pertinente.

Administração da Sociedade

VI - A administração da sociedade incumbe a todos os sócios, os quais receberão a denominação de administradores, cabendo a todos eles, em conjunto ou isoladamente, a fixação do valor da retirada mensal, assim como, a forma de distribuição dos resultados.

VII - Caberá aos administradores, assinando em conjunto ou isoladamente ou ao(s) procurador(es) constituído(s) em nome da sociedade, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para:

- representar a sociedade em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- assinar quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dívidas, cambiais, ordens de pagamento e outros.

h
P
G

§ 1º. - As procurações outorgadas pela sociedade deverão ser assinadas pelos administradores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado.

§ 2º. - A alienação ou oneração de bens imóveis somente poderá efetivar-se mediante a aprovação dos sócios, representando a totalidade do capital social.

§ 3º. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos de qualquer um dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelos sócios, representando a totalidade do capital social.

VIII – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração de inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Deliberações

IX – Todas as deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões de sócios, salvo no caso de o número de sócios tornar-se superior a 10 (dez), caso em que os quotistas deliberarão em assembléia.

§ único. Ficam dispensadas as formalidades da convocação de qualquer reunião de sócios, quando todos eles declararem por escrito estarem cientes do local, data, horário e ordem do dia da mesma. Se todos os sócios decidirem por escrito, sobre a matéria que seria objeto de reunião, ficará também dispensada a sua realização.

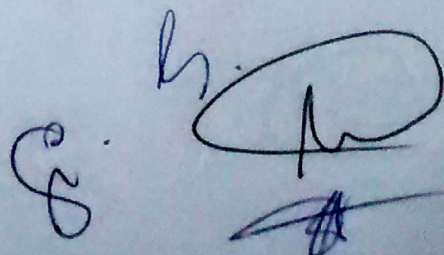
X – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) se for o caso.

§ único. Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos neste artigo deverão ser postos, por escrito, e com prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

Interditar ou Morte de Sócio

XI – Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará com suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§1º. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.



110539

§2º. Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§3º. Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

§4º. A retirada, exclusão ou morte de sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

§5º. A retirada ou exclusão de sócio, não exime também dada responsabilidade pelas obrigações sociais posteriores e em igual prazo ao previsto nesta cláusula, enquanto não se requerer a averbação da resolução.

Cessão de Quotas; Direito de Preferência

XII – Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao remanescente, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo a este o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Único. Se sócio remanescente não usar o direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que se trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Declaração de Incriminalidade

XIII – O sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar (em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

XIV – Os casos omissos serão tratados de acordo com o livro II da lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e pela legislação complementar que se aplicar o caso.

XV - Fica eleito o foro da cidade e comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida ou questões que eventualmente venham a surgir e decorrentes deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

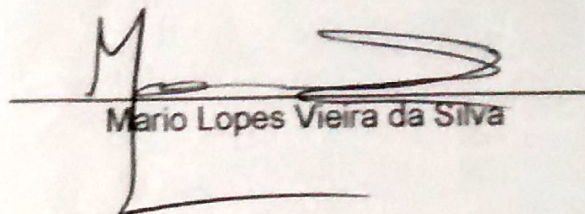
h
g
A
B

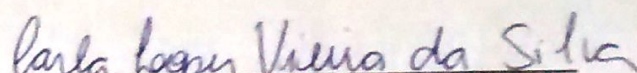
JUCESP

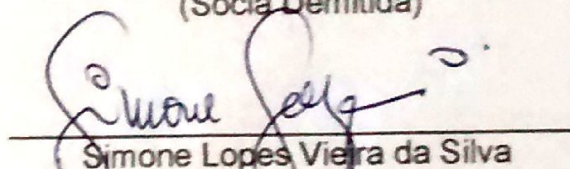
E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e efeito, juntamente com duas testemunhas instrumentárias e presenciais, para regular arquivamento junto a Junta Comercial do Estado de São Paulo, para fins de direito.

São Paulo, 23 de Maio de 2014.

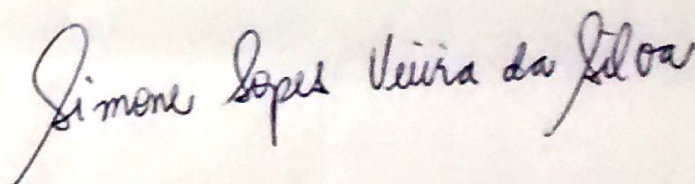
✦ ✦

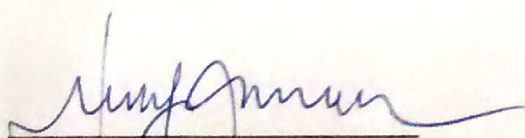

Mario Lopes Vieira da Silva

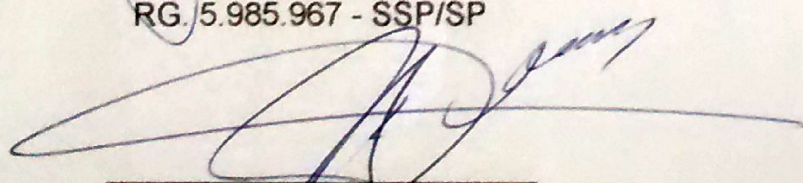

Carla Lopes Vieira da Silva
(Sócia Demitida)


Simone Lopes Vieira da Silva
(Sócia-Admitida)

Testemunhas.:




Luzia Aparecida Stampone
RG. 5.985.967 - SSP/SP


Leandro Stampone Alves
RG. 32.702.197-4 - SSP/SP

